

nutenção preventiva, evolutiva e correctiva dos sistemas de informação Internet/Intranet, pelo valor de € 783 000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, não podendo exceder os encargos resultantes da adjudicação, em cada ano económico, as seguintes importâncias:

2009 — € 261 000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
2010 — € 261 000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
2011 — € 261 000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2.º As importâncias fixadas para os anos económicos de 2010 e 2011 poderão ser acrescidas dos saldos apurados nos anos anteriores.

3.º Os encargos resultantes da presente portaria serão satisfeitos pelas adequadas verbas inscritas no orçamento do IEFP.

19 de Maio de 2008. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA CULTURA

Despacho n.º 17694/2008

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do capítulo I e da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 5.º do capítulo II, ambos do Estatuto do Mecenato, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 74/99, de 16 de Março, reconhece-se que os donativos concedidos ou a conceder de 2006 a 2008 à Miso-Music Portugal — Associação Cultural, número de identificação de pessoa colectiva 504732595, para a realização do Projecto Centro de Informação da Música Portuguesa — 2006-2008, que foi considerado de superior interesse cultural, podem usufruir dos benefícios fiscais ali previstos, desde que os respectivos mecenas não tenham, no final do ano ou do período de tributação em que o donativo é atribuído, qualquer dívida de imposto sobre o rendimento, a despesa ou o património e de contribuições relativas à segurança social, ou, tendo-a, sendo exigível, a mesma tenha sido objecto de reclamação, impugnação ou oposição e prestada garantia idónea, quando devida, e sem prejuízo do disposto no artigo 86.º do Código do IRC, se ao caso aplicável.

7 de Abril de 2008. — O Ministro da Cultura, *José António de Melo Pinto Ribeiro*. — O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, *Carlos Manuel Baptista Lobo*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar

Despacho n.º 17695/2008

Considerando o disposto na alínea *b*) do n.º 4 do artigo 1.º do Regulamento Interno da Comissão do Domínio Público Marítimo (CDPM) aprovado pela Portaria n.º 752/87, de 2 de Setembro, e atendendo ao consignado no n.º 3 do artigo 6.º conjugado com o n.º 2 do artigo 23.º, ambos do Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de Março, que estabelece, no âmbito do sistema da autoridade marítima, as atribuições, a estrutura e a organização da Autoridade Marítima Nacional, exonero o contra-almirante Vasco António Leitão Rodrigues da sua função enquanto representante da Comissão do Domínio Público Marítimo, na qualidade de individualidade de reconhecido mérito, recentemente empossado na qualidade de juiz militar no Tribunal da Relação de Lisboa, e nomeio, igualmente na condição de individualidade de reconhecido mérito, o contra-almirante Francisco Manuel Saldanha Junqueiro para integrar, na qualidade de representante, a Comissão do Domínio Público Marítimo.

Comunique-se ao Estado-Maior da Armada para notificação do interessado.

19 de Maio de 2008. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *João António da Costa Mira Gomes*.

Secretaria-Geral

Despacho n.º 17696/2008

1 — Através do Aviso n.º 4655/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 37, de 21 de Fevereiro de 2008 e divulgado na Bolsa de

Emprego Público em 23 de Fevereiro de 2008, foi aberto procedimento concursal com vista ao preenchimento do cargo de direcção intermédia do 2.º grau — chefe da Divisão de Organização — da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional.

2 — Concluído o respectivo procedimento concursal e mediante proposta fundamentada do correspondente júri, nos termos dos números 8, 9 e 10 do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente republicado em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio em comissão de serviço pelo período de três anos, renovável, no cargo de chefe da Divisão de Organização da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional a Licenciada Natália Maria da Silva Pereira Melo, com os seguintes fundamentos:

- Detém os requisitos legais para o exercício de cargos dirigentes;
- Demonstra possuir um currículo, perfil e experiência profissionais adequados às atribuições e objectivos do exercício do cargo de chefe da Divisão de Organização da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional.

3 — A presente nomeação, que tem cabimento no orçamento de funcionamento da Secretaria-Geral para 2008, produz efeitos a partir de 1 de Julho de 2008;

4 — Conforme o disposto no artigo 21.º, n.º 10 do Estatuto do Pessoal Dirigente, anexa-se a nota relativa ao curriculum académico e profissional da nomeada.

18 de Junho de 2008. — O Secretário-Geral, *Luis Augusto Sequeira*.

Resumo do Curriculum Vitae

Nome: Natália Maria da Silva Pereira Melo

Nacionalidade: Portuguesa

Naturalidade: Lisboa

Data de nascimento: 23 de Fevereiro de 1969

Categoria profissional: Técnica superior principal da carreira técnica superior

Habilitações académicas e formação complementar:

Pós-Graduação em Gestão Pública (Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública — CEAGP (Instituto Nacional de Administração);

Licenciatura em Gestão de Empresas (Instituto Superior de Línguas e Administração).

Diversos cursos de formação profissional e seminários, designadamente nas áreas da gestão e Administração Pública, da gestão organizacional, da gestão da qualidade, ambiente e segurança, da gestão financeira e contabilidade, das tecnologias de informação e línguas.

Experiência profissional:

De 1 de Março de 2003 a Junho de 2008 — exerceu funções como técnica superior principal e técnica superior de 1.ª classe na Secretaria-Geral do actual Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, na Direcção de Serviços e Recursos, no Núcleo de Gestão Organizacional; Inovação Administrativa e Qualidade e na Unidade Ministerial de Compras.

Coordenou o Núcleo de Gestão Organizacional, Inovação Administrativa e Qualidade e exerceu funções de gestora operacional da qualidade, coordenando a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade da Secretaria-Geral no âmbito da Certificação em Qualidade segundo a Norma ISO 9001:2000, sendo, também, auditora interna da Qualidade.

De 4 de Maio de 1995 a 28 de Fevereiro de 2003 — exerceu funções, como técnica superior de 1.ª classe e técnica superior de 2.ª classe, na Universidade Aberta, no Centro de Estudos de Ensino à Distância, na Vice-Reitoria e no Gabinete de Planeamento e de Gestão de Assessoria à Reitoria.

Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional

Despacho (extracto) n.º 17697/2008

Obtida a anuência do Director-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, determino, ao abrigo do n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 53/2006, de 07 de Dezembro, a requisição da Assistente Administrativa Principal, Rosa Maria Silva Dias, e nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, designo para exercer funções de secretariado no meu Gabinete, com efeitos a 1 de Julho de 2008.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

17 de Junho de 2008. — O Director-Geral, *Paulo Vizeu Pinheiro*.